

PROCESSO DE 'DESCENTRALIZAÇÃO' DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: entre luzes e sombras...

António Neto-Mendes

Assembleia da República, 15 | 06 | 2016

1. Conhecer um pouco da história...

- Matriz centralista da administração pública em Portugal
- Centralismo, regionalismo e municipalismo: visões complementares ou contraditórias?
- Município como unidade político-administrativa tem raízes sólidas, apesar de uma “história assinalada por intermitências” (Magalhães, 2014: 187)
- Município tem legitimidade institucional e constitucional, mas terá legitimidade social?

2. “Descentralização”, um conceito polissémico, ambíguo...

- ‘Descentralizar’ em tempos de ‘reconfiguração do Estado’: ‘menos Estado, melhor Estado’
- ‘Descentralizar’ = Desconcentrar? Regionalizar? ‘Metropolitanizar’? ‘Intermunicipalizar’? Municipalizar? Autonomizar as escolas? Privatizar?

3. ‘Descentralização’ da Educação: ambiguidades recentes

- ‘Descentralização’ ou desconcentração de competências?
 - ‘Programa de delegação de competências’/’Contratos de execução’ (2008) – *Afirma Martins (2014): “Estes, embora não tenham sido aceites por todas as câmaras, acabaram por influenciar o municipalismo educativo, cumprindo assim o seu primordial papel regulador e recentralizador”*
 - ‘Programa Aproximar Educação’/’Contratos de Educação e Formação Municipal’ (2015) – *Lima (2015) considera “A centralização e a heteronomia como invariantes estruturais na educação”, não vendo sinais de ‘descentralização democrática’ mas antes de ‘desconcentração administrativa’*

4. O papel do poder local

- Crescimento assinalável das políticas locais nas áreas ‘sociais’ (educação, cultura, ação social...) – *“Os municípios constroem efetivamente políticas locais que visam o sistema educativo formal, desde a educação pré-escolar ao ensino superior. Para além do contributo que dão através da sua colaboração com o poder central – no âmbito das competências prescritas – fazem-no também no exercício pleno da sua legitimidade democrática através de políticas locais a que chamamos competências autónomas” (Neto-Mendes, 2014: 58).*

4.1. O papel do poder local: entre *luzes* e *sombras*...

Luzes...	Sombras...
<ul style="list-style-type: none">• Progressiva aceitação social da participação do Município na Educação em algumas áreas	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldade de obter consensos sobre o “tratado de Tordesilhas” entre poderes central e local (quem faz o quê?)
<ul style="list-style-type: none">• Local como rede (agentes ao serviço do desenvolvimento do território)	<ul style="list-style-type: none">• Local como novo centro (‘modernização’ da rede escolar com Mega-AE; concentração de recursos na capital; desqualificação das periferias...)
<ul style="list-style-type: none">• Aceitação do princípio de que não se deve ‘pôr todos os ovos no mesmo cesto’ (exceção: docentes e currículo)	<ul style="list-style-type: none">• ‘Municipalização’ da rede escolar pública e do PND, do 1º ao 12º ano (‘Aproximar’), vai ser avaliada?
<ul style="list-style-type: none">• Discurso promotor da autonomia das escolas (recorrente nas últimas três décadas)	<ul style="list-style-type: none">• Submissão das escolas a lógicas administrativas (entre as plataformas do centro e a ‘localização’ do controlo)

4.1. O papel do poder local: entre *luzes* e *sombras*...

Luzes...	Sombras...
<ul style="list-style-type: none">Dinâmicas de participação comunitária, como expressão dos agentes locais e de uma efetiva subsidiariedade	<ul style="list-style-type: none">Triunfo de agendas técnico-burocráticas cujo principal objetivo é a instauração de um ambiente de mercado e de satisfação das clientelas

4.2. Racionalização técnico-burocrática da administração educativa?



Bibliografia

- Lima, Licínio C. (2015). O Programa “Aproximar Educação”, os municípios e as escolas: descentralização democrática ou desconcentração administrativa? *Questões Atuais de Direito Local*, 5, pp. 7-24.
- Magalhães, Justino (2014). *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Martins, Jorge (2014). Os planos municipais de educação: entre a recentralização e as regulações locais . *Educação*, v. 37, n. 2, p. 239-247.
- Neto-Mendes, António (2014). Municípios e políticas educativas locais: entre as competências prescritas pelo centro e as competências autónomas. In T. Estrela et al. (2014). *Educação, Economia e Território – O papel da educação no desenvolvimento*. Atas do XXI Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE. Lisboa: EDUCA/Secção Portuguesa da AFIRSE, pp. 50-59.
- Pinhal, João (2014). Regulação da educação: os municípios e o Estado. In J. Machado e J. Matias Alves (Coord.). *Município, Território e Educação – A administração local da educação e da formação*. Porto: Universidade Católica Editora, pp. 8-14.

OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO!